



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
Campus Palmeira dos Índios

MINUTA CONTRATUAL

PROCESSO N.º 23041.005319/2018-88

UASG DA LICITAÇÃO N.º 158383

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 08/2017 (Processo n.º 23041.024393/2016-31)

UASG DO CONTRATO N.º 158383

CONTRATO N.º 03/2018-CAMPUS PALMEIRA DOS ÍNDIOS, FIRMADO ENTRE O INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – (CAMPUS PALMEIRA DOS ÍNDIOS) E A EMPRESA JJ MARINHO DE BARROS-ME, NOS TERMOS DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 08/2017, PARA O FIM QUE ESPECIFICA.

A União, por intermédio do **INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – CAMPUS PALMEIRA DOS ÍNDIOS**, Autarquia Federal vinculada ao MEC, sediado na Rua Avenida Alagoas, s/n, Palmeira de Fora, Palmeira dos Índios/AL, CEP 57.608-180 CNPJ de n.º 10.825.373/0005-89, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pela sua Senhora Diretora Geral, **Ana Quitéria de Oliveira Silva**, RG n.º 710.615, CPF n.º 469.313.094-04, nomeado pela Portaria n.º 109/GR, de 24 de abril de 2015, publicada no DOU de 28 de abril de 2015, e a empresa **JJ MARINHO DE BARROS-ME**, inscrita no CNPJ sob n.º 12.711.750/0001-50, estabelecida na Rua Araújo Bivar, n.º 25, Pajuçara, Maceió/AL, CEP 57030-050, neste ato legalmente representada por seu representante legal, Sr. **José Jorge Marinho de Barros**, brasileiro, portador do RG n.º 216.889 SSP/AL, e CPF n.º 210.304.724-91, tendo em vista o que consta no processo n.º 23041.024393/2016-31, e o resultado final do Pregão Eletrônico n.º 08/2017, com fundamento na Lei n.º 10.520/02, Decretos n.º 5.450/2005 e 7892/2013, IN n.º 02/2008 do MPOG e suas alterações posteriores e, subsidiariamente nas disposições contidas na Lei n.º 8.666/93, com suas alterações posteriores e demais normas correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e condições a seguir:



Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

FAIRBANKS



CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos médicos e odontológicos, com reposição de peças, visando atender as necessidades do Instituto Federal de Alagoas – Campus Palmeira dos Índios.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Contrato fundamenta-se na Lei nº 10.520/2002, Decretos nº 5.450/2005 e nº 2.271/1997, Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2 de 30 de Abril de 2008 e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores e legislação correlata.

Subcláusula Única - O presente Contrato está vinculado ao Edital de Licitação do Pregão Eletrônico, Sistema de Registro de Preços - SRP, nº 08/2017 e seus anexos e à Proposta da CONTRATADA, que fazem parte integrante do referido Contrato, independente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, segundo o disposto nos arts. 6º e 10º da Lei Nº 8.666/93.*

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura, e vigorará pelo período de **12 (doze) meses**, atendendo-se às demais disposições editalícias, além das abaixo elencadas.

Subcláusula primeira - A critério do CONTRATANTE e com a anuência do CONTRATADO, este contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados, de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

I - Quando os serviços forem prestados regularmente ao longo da vigência do contrato;

II - Administração ainda tenha interesse na realização do serviço;

III - O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e

IV - A CONTRATADA concorde expressamente com a prorrogação.

Subcláusula segunda - A prorrogação dependerá da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade, para a Administração, das condições e dos preços contratados.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO

O valor total deste contrato para o período de sua vigência, que é de 12 meses, é de **R\$ 14.850,00 (quatorze mil, oitocentos e cinquenta reais)**.



Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

EM BRANCO

Subcláusula primeira - O valor do contrato é composto do somatório dos valores dos equipamentos relacionados na tabela que se segue abaixo e do valor (s) do (s) item (s) da licitação, referente a previsão de estimativa de valor quando da ocorrência de troca das peças elencadas na cláusula décima segunda deste contrato em virtude de manutenção corretiva.



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/MODELO	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
1	Gabinete Odontológico	Dabi Atlante/Croma	Serviço	6	R\$ 100,00	R\$ 600,00
2	Gabinete Odontológico	Dentemed	Serviço	6	R\$ 100,00	R\$ 600,00
3	Fotopolimerizador	Dabi Atlante/Croma	Serviço	6	R\$ 89,90	R\$ 539,40
4	Ultrasson	Dabi Atlante/Croma	Serviço	6	R\$ 128,00	R\$ 768,00
5	Jato de bicarbonato	Dabi Atlante/Croma	Serviço	6	R\$ 89,90	R\$ 539,40
6	Caneta de Alta Rotação	Dabi Atlante	Serviço	6	R\$ 125,00	R\$ 750,00
7	Micro-motor e contra-ângulo	Dabi Atlante	Serviço	6	R\$ 249,00	R\$ 1.494,00
8	Autoclave	Dabi Atlante/D700	Serviço	6	R\$ 332,80	R\$ 1.996,80
9	Seladora	Dabi Atlante	Serviço	6	R\$ 89,90	R\$ 539,40
10	Compressor	FIAC	Serviço	6	R\$ 168,00	R\$ 1.008,00
11	Cuba de ultrasson	CRISTÓFOLI	Serviço	6	R\$ 98,00	R\$ 588,00
12	Amalgamador	VIBRAMAT	Serviço	6	R\$ 79,90	R\$ 479,40
13	Amalgamador	ODONTO MIX	Serviço	6	R\$ 79,90	R\$ 479,40
14	Amalgamador	ODONTO MIX	Serviço	6	R\$ 79,90	R\$ 479,40
15	Aparelho de raios X	TOSHIBA	Serviço	6	R\$ 115,00	R\$ 690,00
16	Balança Digital	LIDER/LD1050	Serviço	6	R\$ 135,00	R\$ 810,00
17	Balança plataforma	WELMY	Serviço	6	R\$ 135,00	R\$ 810,00
18	Otoscópio	KOLE	Serviço	6	R\$ 69,90	R\$ 419,40
19	Otoscópio	KOLE	Serviço	6	R\$ 69,90	R\$ 419,40
20	Nebulizador	ST/SUPER NS	Serviço	6	R\$ 70,00	R\$ 420,00
21	Nebulizador	ST SUPER NS	Serviço	6	R\$ 70,00	R\$ 420,00

Handwritten signature



Handwritten signature

EM BRANCO

TOTAL

R\$ 14.850,00

Subcláusula segunda - O valor mensal dos serviços a ser pago a contratada corresponderá ao somatório do custo mensal de cada equipamento. Quando da ocorrência de troca das peças elencadas na cláusula décima segunda do presente contrato, o valor mensal será acrescido do montante correspondente ao valor da peças trocadas;

Subcláusula terceira - O IFAL/(nome da Unidade) não se obriga a dispender a totalidade dos valores descritos no caput dessa cláusula, somente procedendo ao pagamento dos serviços que efetivamente foram realizados.

Subcláusula quarta - No valor dos serviços estão inclusos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, materiais, serviços encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucros e outros custos necessários ao cumprimento integral do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com a execução deste Contrato ocorrerá à conta de Créditos Orçamentários consignados ao **INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – CAMPUS PALMEIRA DOS ÍNDIOS**:

Programa de Trabalho: 108890,
Natureza de Despesa nº 339039,
Fonte de Recurso: 8100000000,
Nota de Empenho nº 2018NE800083.

Subcláusula única – As despesas para os exercícios subsequentes correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas em termo de apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado, bimestralmente, em moeda corrente, através de Ordem Bancária, em até 30 (trinta) dias, contados a partir do primeiro dia útil após a apresentação da respectiva Nota Fiscal no setor de protocolo da(o) Reitoria/Campus Palmeira dos Índios ou diretamente ao fiscal do contrato, no endereço abaixo especificado:

Campus Palmeira dos Índios-IFAL: Rua Avenida Alagoas, s/n, Palmeira de Fora, Palmeira dos Índios/AL, CEP 57.608-180.

Subcláusula primeira - A Nota Fiscal deverá especificar o número do respectivo Contrato e do Processo correspondente, contendo, em anexo, relatório mensal sobre ocorrências, serviços executados, condições de funcionamento dos equipamentos, planilhas de acompanhamento e laudos de análises.

Subcláusula segunda - O pagamento somente será efetuado se a Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada dos documentos exigidos no Termo de Referência e neste Contrato, contiver o atestado, do servidor designado para fiscalização do Contrato, de que o serviço foi prestado.

Subcláusula terceira - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da



Assinado

[Assinatura]

[Assinatura]

FM FRANK



regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contrante.

Subcláusula quarta - Antes do pagamento, o Contratante verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do cadastramento da Contratada no SICAF e/ou nos sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

Subcláusula quinta - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de atualização financeira = 0,0023014, assim apurado:

$$= 0,0023014$$

$$I = \frac{6}{100}$$

$$365$$

$$I = \frac{TX}{100}$$

$$365$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

Subcláusula sexta - Poderá ser deduzida do valor da Nota Fiscal de Serviços, multa imposta pela CONTRATANTE, se for o caso.

Subcláusula sétima - A CONTRATANTE, através da Área Financeira efetuará a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados nas disposições determinadas pelos Órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

Subcláusula oitava - A retenção dos tributos não será efetuada caso a CONTRATADA apresente, junto com sua Nota Fiscal, a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES.

Subcláusula nona - Antes do pagamento, a CONTRATANTE verificará, por meio de consulta eletrônica, a manutenção das condições iniciais de habilitação da CONTRATADA no SICAF e/ou nos sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso e juntado ao processo de pagamento.

Subcláusula décima – Caso seja constatada pendência na consulta prevista na subcláusula nona, a CONTRATADA será notificada para regularização. Caso tal irregularidade perdure por mais de 30 (trinta) dias, o contrato estará sujeito à rescisão unilateral.

CLAUSULA OITAVA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

Subcláusula Primeira – Os CONTRATANTES têm direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, procedendo-se à adequação do mesmo a qualquer tempo, desde



Assinatura

[Assinatura]

[Assinatura]

FRANCIS

que ocorra variação de preços dos serviços porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento, conforme art. 65, II, d, da Lei 8.666/93.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, comprovando a ocorrência de aumento de preços.

Subcláusula Terceira – A comprovação, a que se refere a Subcláusula Segunda, será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Subcláusula Quarta – Junto com o requerimento para reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

Subcláusula Quinta – A Administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

A **CONTRATADA** se obriga a aceitar, nas mesmas condições ora pactuadas, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, nos termos do §1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - LOGÍSTICA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A partir da vigência contratual, os serviços serão solicitados de acordo com a seguinte logística:

Subcláusula primeira - A manutenção preventiva será realizada de forma periódica, bimestralmente, a contar da data de assinatura do contrato e conforme o disposto na cláusula décima primeira deste Contrato;

Subcláusula segunda - Caso a Unidade Institucional deseje excluir determinado equipamento da manutenção preventiva mensal, deverá informar a Contratada, que procederá ao imediato ajuste dos valores dispostos na Nota Fiscal/Fatura do mês da exclusão;

Subcláusula terceira - A **MANUTENÇÃO CORRETIVA** será solicitada mediante Ordem de Serviço, contendo discriminação do(s) equipamento(s) que necessita de reparo;

Subcláusula quarta - A Contratada, quando da prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, deverá obedecer os prazos previstos no item VI da cláusula décima terceira do presente instrumento, sob pena de aplicação das sanções previstas na cláusula décima sétima deste contrato;

Subcláusula quinta - Os serviços de manutenção corretiva serão prestados com fornecimento de todas as peças, componentes e acessórios genuínos dos respectivos fabricantes, **não fazendo parte da cobertura as peças especificadas na cláusula décima segunda deste contrato;**

Subcláusula sexta - No caso de fornecimento de peças excluídas da cobertura, a Contratada apresentará, previamente à execução do serviço, as condições e os valores dos materiais a serem empregados, os quais deverão ser compatíveis com as condições e



Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page.

EM BRANCO



valores de mercado;

Subcláusula sétima - Somente após o aceite do Contratante, emanado pelo fiscal do contrato, a Contratada poderá realizar os serviços;

Subcláusula oitava - Para aceitar as condições e os valores de execução, o fiscal procederá à pesquisa de mercado entre outras empresas prestadoras dos mesmos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PLANO DE MANUTENÇÃO

Subcláusula primeira - A MANUTENÇÃO PREVENTIVA é a atividade que visa manter o(s) equipamento(s) dentro das condições normais de utilização, com o objetivo de se reduzir as ocorrências de defeitos por desgaste ou envelhecimento de seus componentes.

Subcláusula segunda - A Prestação do serviço de manutenção preventiva constitui-se na verificação da funcionalidade dos equipamentos e tomada de providências, com ajustes de partes mecânicas, elétricas e eletrônicas, limpeza, testes, recarga, revisão da qualidade, calibrações necessárias, correção de vazamentos de óleo, água e ar, substituição e/ou reparo de componentes, troca de parafusos, roscas, bielas, anéis, borrachas de vedação, fusíveis, garrafas externas de reservatórios de água dos equipamentos e mangueiras, lubrificações, alinhamentos, dentre outro(a)s que se fizer(em) necessário(a)s.

Subcláusula terceira - a manutenção preventiva ocorrerá bimestralmente, com intervalo máximo de 60(sessenta) dias entre uma manutenção e outra, e deverá ser executada por técnicos capacitados para o serviço.

Subcláusula quarta - Para a execução dos serviços de manutenção preventiva, a CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelos materiais básicos a serem empregados, tais como: lubrificantes, querosene, removedor, produtos de limpeza, produtos químicos, estopa, lixas, tintas, Equipamentos de Proteção Individual - EPI's, dentre outros que se fizerem necessários.

Subcláusula quinta - Além dos serviços acima descritos para Manutenção Preventiva, outros, ainda que não listados, porém necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos, deverão ser realizados.

Subcláusula sexta - A MANUTENÇÃO CORRETIVA ocorrerá sempre que houver necessidade, mediante acionamento da empresa CONTRATADA pelo Fiscal do Contrato, através da abertura de chamado técnico e deveria ser executada por técnicos capacitados para o serviço.

Subcláusula sétima - O serviço de manutenção corretiva deverá regularizar anormalidades de funcionamento, substituindo e/ou reparando, segundo critérios técnicos, componentes eletrônicos, elétricos, mecânicos e hidráulicos, necessários a recolocação dos equipamentos em condições normais, utilizando peças genuínas, recomendadas pelo fabricante, de forma a garantir as características funcionais do equipamento.

Subcláusula oitava - Para a execução dos serviços de manutenção corretiva, a CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelos materiais básicos a serem empregados, tais como: lubrificantes, querosene, removedor, produtos de limpeza, produtos químicos, estopas, lixas, tintas, ferramentas, equipamentos de proteção individual - EPI's, dentre outros que se fizerem necessários.

Subcláusula nona - Em caso de acionamento da empresa CONTRATADA a mesma deverá estar disponível para atendimento em, no máximo, 72 (setenta e duas) horas. Os serviços poderão ser solicitados por meio de telefone, e-mail ou outro meio hábil de



Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

EN BRANC



comunicação.

Subcláusula décima – A contratada deverá elaborar laudo técnico com informações relevantes sobre os equipamentos revisados, consertados ou que precisem se substituição de peças, informando a hora de início do atendimento, além de diagnosticar os problemas que possam ter ocasionado defeito no equipamento, remetendo-o ao Fiscal do Contrato.

Subcláusula décima primeira – No caso de haver necessidade de substituição de peça com vista à completa execução do serviço, ou seja, colocação de equipamento em operação, a manutenção corretiva deverá ocorrer no máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da respectiva autorização de substituição da peça.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS

Subcláusula primeira - Todos os componentes, acessórios ou peças que apresentarem falha de funcionamento, desgaste ou defeito deverão ser reparados e, na impossibilidade de conserto, deverão ser substituídos por unidades novas e genuínas. Para tanto, faz-se necessário que a CONTRATADA apresente laudo técnico atestando os defeitos, suas prováveis causas e as peças a serem adquiridas, visando a substituição.

Subcláusula segunda – Mediante aprovação da CONTRATANTE, FICARÁ A CARGO DA contratada a aquisição das peças ou componentes a serem substituídos, inclusive quando se tratar de manutenção preventiva, sempre que verificada sua necessidade por meio de laudo técnico. Nos casos de falta do componente original similar de qualidade idêntica (ou superior) e novo.

Subcláusula terceira – A peça a ser adquirida pela CONTRATADA deverá ter valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do preço do equipamento em valores atuais. Este percentual encontra respaldo no Artigo 3º do parágrafo único do Decreto nº 99.658/90, que regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, dentre outras disposições, o reaproveitamento de material que, inservível para o órgão que detém sua posse ou propriedade, deve ser classificado como recuperável quando sua recuperação for possível e orçar, no âmbito, a cinquenta por cento de seu valor de mercado. O referido Decreto, em seu artigo 3º, inciso I, considera uma designação genérica de equipamentos, componentes, entre outros, passíveis de emprego nas atividades dos órgãos e entidades públicas federais.

Subcláusula quarta - A CONTRATANTE deverá estimar o preço médio de aquisição da peça a ser substituída com base em no mínimo 03 (três) orçamentos, de fornecedores distintos. Caso o preço médio estimado pela CONTRATANTE seja menor que o custo de aquisição da CONTRATADA, aquele prevalecerá. Do contrário, caso o preço médio estimado pela CONTRATANTE seja maior que o custo de aquisição da CONTRATADA, este prevalecerá.

Subcláusula quinta - Para efeitos de pagamento da peça adquirida pela CONTRATADA, o valor da mesma deverá, necessariamente, vir embutido na Nota Fiscal / Fatura do mês subsequente ao da realização da manutenção na qual houve reposição de peça, constando como parte integrante, mas não especificada, do serviço prestado. A CONTRATANTE deve exigir toda e qualquer documentação comprobatória relevante para anexar aos autos do processo.

Subcláusula sexta - Todo equipamento, componente ou peça que necessitar ser removido para reparação em oficinas deverá ser previamente autorizado pelo Fiscal do Contrato. As despesas com a retirada, a remessa, a devolução e a posterior reinstalação dos componentes correrão por conta da CONTRATADA.

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature



EMBRACE



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - GARANTIA E QUALIDADE

Subcláusula primeira: Os serviços objeto deste Termo de Referência deverão ser executados dentro dos padrões e critérios técnicos exigidos pelas normas de controle vigentes, e ter garantia mínima de:

- a) **01 (um) mês**, para a mão-de-obra executada no caso de serviços de manutenção preventiva;
- b) **03 (três) meses**, para a mão-de-obra executada no caso de serviços de manutenção corretiva; e
- c) **01 (um) ano**, nos casos de substituição de peças e demais componentes dos equipamentos médicos e odontológicos elencados neste Termo de Referência, ou a que for estabelecida pelos fabricantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VISTORIA

A LICITANTE, mediante agendamento com as áreas responsáveis pela Administração de cada Unidade Institucional, poderá se dirigir até os *Campi* interessados na prestação do serviço em questão para realizar **vistoria** no local onde estão instalados os equipamentos médicos e odontológicos, e onde os serviços serão executados, devendo efetuar todas as verificações necessárias, inteirando-se das condições dos equipamentos e do grau de dificuldade dos trabalhos a ser executados, uma vez que não serão admitidas, posteriormente, qual(is)quer alegação(ões) de desconhecimento das dificuldades e dos problemas associados aos mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- a) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir sua(s) obrigação (ões) dentro das normas e condições estabelecidas neste Termo;
- b) Fornecer, à CONTRATADA, todas as informações necessárias ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas;
- c) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar na Nota Fiscal / Fatura a efetiva prestação dos serviços;
- d) Recusar com a devida justificativa, qualquer serviço prestado fora das especificações constantes no termo de referência;
- e) Efetuar o pagamento correspondente as faturas emitidas e devidamente;
- f) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre quaisquer irregularidades constatadas, solicitando a regularização das mesmas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Executar o serviço, conforme especificações e demais condições contidas neste Termo de Referência;
- b) Programar seus trabalhos de forma a não prejudicar o andamento normal das atividades no âmbito do IFAL;
- c) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições da habilitação e da proposta;
- d) Responsabilizar-se pela qualidade do serviço prestado, sem quaisquer ônus adicionais para o IFAL, caso não se encontrem dentro das especificações estabelecidas neste Termo;
- e) Responder por todas as despesas decorrentes de tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre a prestação dos serviços, bem como as necessárias



Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page.

EMERGENCY



para a completa execução dos mesmos, inclusive as de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, **frete e deslocamentos**;

f) Responder pelos danos causados diretamente ao IFAL, decorrentes de sua culpa ou dolo quando do fornecimento;

g) Manter o **endereço, número de telefone e endereço de e-mail** permanentemente atualizados.

h) Cumprir, além dos postulados legais vigentes no âmbito Federal, Estadual ou Municipal, as normas de segurança da Administração;

i) Efetuar os serviços de manutenção, seja ele preventivo ou corretivo, através de técnicos especializados, devidamente habilitados, aptos para atender às especificações dos fabricantes dos equipamentos médicos e odontológicos, utilizando ferramentas recomendadas pelo mesmo;

j) Não poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições, de contrato, do Termo de Referência, das especificações técnicas, bem como de tudo o que estiver contido nas normas pertinentes. A existência e a atuação da fiscalização em nada diminuirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes e pertinentes, no Município, Estado e na União;

k) Refazer, sem nenhum acréscimo ao valor contratado, os serviços não realizados a contento;

l) Comunicar ao IFAL por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL

A CONTRATADA apresentará garantia, no prazo **de até 10 (dez) dias** após a assinatura do Contrato, na modalidade descrita na Lei nº 8.666/93, correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

Subcláusula Primeira - A garantia prestada ficará retida enquanto o Contrato estiver em vigor, sendo liberada no prazo de até 30 (trinta) dias, após a data do vencimento do Contrato, desde que cumpridos todos os seus termos e condições.

Subcláusula Segunda - A garantia prestada responderá subsidiariamente pelas multas aplicadas se, por qualquer motivo, a CONTRATADA não as pagar nos prazos fixados, e deverá ser integralizada, num prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores.

Subcláusula Terceira - Sempre que ocorrer alteração contratual em decorrência de prorrogação e/ou acréscimo de quantitativo do objeto do Contrato, a CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias após a data assinatura do Termo Aditivo, prestará garantia suplementar no percentual de 5% (cinco por cento) do valor acrescido, que poderá ser em qualquer das modalidades e condições estabelecidas no artigo 56 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta - A qualquer tempo, mediante comunicação ao CONTRATANTE, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades no art.56 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quinta - O descumprimento de qualquer das obrigações previstas nesta Cláusula ensejará a aplicação da penalidade, garantida defesa prévia.

Subcláusula Sexta - A garantia prestada deverá formalmente cobrir pagamentos não efetuados pela CONTRATADA referentes a:

I - prejuízos ou danos causados ao CONTRATANTE;



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

EM BRANCO



- II - prejuízos ou danos causados a terceiros pelo CONTRATADA;
- III - toda e qualquer multa contratual;
- V - quaisquer obrigações não cumpridas pelo CONTRATADO em relação ao presente Contrato previstas no ordenamento jurídico do país.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um representante da Administração, especialmente designado, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto n.º 2.271, de 1997.

Subcláusula primeira - Além das disposições previstas nesta cláusula, a fiscalização contratual dos serviços continuados deverá seguir o disposto no Anexo IV da Instrução Normativa n.º 02, de 30 de abril de 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Subcláusula segunda - A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.

Subcláusula terceira - A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

- a) os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- b) os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- c) a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- d) a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- e) o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
- f) a satisfação do público usuário.

Subcláusula quarta - Além do exposto acima, a fiscalização da execução dos serviços abrange as seguintes rotinas:

- I - Atestar a Nota Fiscal/Fatura como condição para o pagamento;
- II - Os preços praticados pela CONTRATADA, quando da cobrança da fatura, deverão ser motivo de fiscalização por parte do acompanhante do Contrato.
- III - Quando do descumprimento do contrato por parte da CONTRATADA, o fiscal do contrato deverá encaminhar notificação à CONTRATADA, indicando os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento para que sejam tomadas as devidas providências, bem como já indicar a possibilidade de aplicação das penalidades previstas no presente instrumento contratual;
- IV - Solicitar à Administração a aplicação de penalidades por descumprimento de cláusula contratual;
- V - Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição provisória de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou identificação, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;
- VI - Reunir-se com o representante da CONTRATADA para tratar de assuntos ligados à execução do Contrato;
- VII - A reunião acima será previamente agendada pelo FISCAL diretamente pela Administração, através de comunicado escrito ao preposto da CONTRATADA.
- VIII - Emitir ordem de serviço (O.S) para os serviços de MANUTENÇÃO

Manoel

[Assinatura]



[Assinatura]

ENCLOSURE



CORRETIVA à medida de sua efetiva necessidade, contendo a discriminação do (s) equipamento(s) que necessita reparo;

Subcláusula quinta - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n.º 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93, a Contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

I - ADVERTÊNCIA - por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

II - MULTA

a) Por **atraso na prestação dos serviços e inexecução parcial ou total do contrato**, será aplicada multa nas seguintes condições:

a.a) **0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato**, por dia de atraso no início da prestação dos serviços e por ocorrência, **até o máximo de 5% (cinco por cento)**, podendo ser configurada a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

a.b) **Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato**, no caso de inexecução parcial do contrato ou de descumprimento de obrigação contratual;

a.c) **20% (vinte por cento) do valor do contrato**, no caso de inexecução total do contrato.

b) Por **infração às demais obrigações da CONTRATADA**, serão atribuídos graus, conforme as seguintes tabelas:

TABELA 01

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% do valor do CONTRATO
2	0,4% do valor do CONTRATO
3	0,8% do valor do CONTRATO
4	1,6% do valor do CONTRATO
5	3,2% do valor do CONTRATO
6	4,0% do valor do CONTRATO

TABELA 02

INFRAÇÃO		GRAU
Item	DESCRIÇÃO	
01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais. Por ocorrência.	06
02	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais. Por ocorrência.	6
03	Permitir a presença de empregado sem uniforme, com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá. Por empregado e por ocorrência.	01

Assinatura

Assinatura



Assinatura

EM BRANCO

04	Manter funcionários sem qualificação para a execução dos serviços. Por ocorrência.	04
05	Executar serviço incompleto ou de caráter paliativo, ou deixar de providenciar recomposição complementar determinado pela fiscalização. Por ocorrência.	03
06	Fornecer informação falsa de serviço. Por ocorrência.	03
Item	Para os itens a seguir, deixar de:	GRAU
07	Providenciar, nos prazos fixados pelo IFAL, solução de problemas que acarrete falhas na prestação dos serviços. Por ocorrência.	03
08	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos, bem como das cláusulas deste Contrato mesmo que não previstos nesta tabela de multas. Por ocorrência	01
09	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos, bem como das cláusulas deste Contrato mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo fiscal do contrato. Por ocorrência	02
10	Disponibilizar equipamentos, ferramentas ou aparelhos necessários à realização dos serviços objetos deste contrato. Por ocorrência.	02
11	Substituir prestador que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições. Por prestador e por dia.	01
12	Manter a documentação de habilitação atualizada. Por item e por ocorrência.	01

III - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o IFAL, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na condição anterior;

Subcláusula primeira - As sanções de multa podem ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

Subcláusula segunda - No processo de aplicação da sanção administrativa é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis;

Subcláusula terceira - Se o valor da multa não for pago, ou depositado, no prazo de 05 (cinco) dias após a notificação da aplicação da sanção, será automaticamente descontado do(s) pagamento(s) e que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada o valor devido será descontado do valor da garantia contratual ou cobrado judicialmente;

Subcláusula quarta - As sanções somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificativas serão aceitas quando formuladas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente da Contratada, e, desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que a Contratada tomar ciência;

Subcláusula quinta - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais;

Subcláusula sexta - As penalidades aqui previstas obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei 8.666/93, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei

FRANCESCO

9.784/99.



CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77, 78, incisos I a VIII, XII e XVII, art. 79, incisos e Subcláusulas, e art. 80, incisos e Subcláusulas, da Lei nº. 8.666/93. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivado nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Subcláusula Primeira – A rescisão do contato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a VIII, XII e XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
- c) Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – A rescisão administrativa ou amigável será procedida de ato escrito e fundamentado da autoridade competente.

Subcláusula Terceira – Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93 sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão.

Subcláusula Quarta – Conforme art. 80 da Lei 8.666/93, a rescisão contratual fundada no inciso I, do art. 79, da mesma Lei, sem prejuízo das sanções previstas na Cláusula Décima Nona do presente Contrato, acarreta as seguintes consequências:

- a) assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do CONTRATANTE;
- b) ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do Contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58, da Lei nº 8.666/93;
- c) execução da garantia contratual, para ressarcimento do CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ele devidos;
- d) retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

Subcláusula quinta - Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis, como os determinados por ato unilateral da CONTRATANTE, serão formalmente motivados, assegurado, à CONTRATADA, na segunda hipótese, direito ao contraditório e à ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da Administração para que, se o desejar, a CONTRATADA apresente defesa no prazo de **05 (cinco) dias úteis** contados de seu recebimento e, em hipótese de desacolhimento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de **05 (cinco) dias úteis** contados da intimação comprovada da decisão rescisória.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

EM BRANCH

EM BRANCH

EM BRANCH

EM BRANCH

EM BRANCH

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE EM SENTIDO ESTRITO

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados, desde que mantidas a proporcionalidade/vantajosidade da contratação, caso solicitado formalmente pela Contratada, após o período de um ano da data da entrega da proposta, utilizando-se, para tanto o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apurado e divulgado pelo IBGE, aplicando-se a seguinte fórmula:

$R = V (I - I^{\circ})$, onde:

R= Valor do reajuste procurado;

V= Valor constante da proposta;

I= Índice relativo ao mês do reajustamento;

I°= Índice relativo ao mês da proposta.

- a) O pedido de reajuste deve ser realizado por escrito e protocolado junto ao IFAL, desde que atingidos os requisitos para sua propositura, restando precluso o pedido feito após a realização de aditivo de prorrogação de prazo ou com o encerramento do contrato, segundo entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU.
- b) No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o IFAL pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- c) Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- d) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.
- e) Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

A Contratante publicará extrato deste Contrato no Diário Oficial da União, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de até 20 (vinte) dias daquela data, na forma prevista no parágrafo único, do art. 61, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos pelo Magnífico Reitor do IFAL, com observância das normas de Direito Público, bem como das de Direito Privado, da jurisprudência, da doutrina e dos costumes.

Assinatura

Assinatura

Assinatura

EMBRANCO



CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Alagoas - Justiça Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

Subcláusula primeira - E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Palmeira dos Índios/AL, 19 de Março de 2018.

Ana Quitéria Menezes de Oliveira Silva
Representante da CONTRATANTE

José Jorge Marinho de Barros
Representante da CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Henrique Almeida de Sousa CPF: 04720374450

Nome: Maryna Gabrielle da S. Lima CPF: 100.686.394-06



EMERGENCY



Emitido em 02/12/2020

MINUTA Nº 288/2020 - PIN-DIRADM (11.05.03)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 02/12/2020 11:28)

CLEDSON MOURA RAMOS

DIRETOR

1829061

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ifal.edu.br/documentos/> informando seu número: **288**, ano: **2020**, tipo: **MINUTA**, data de emissão: **02/12/2020** e o código de verificação: **4b93f38484**